

O desemprego estrutural crônico: uma leitura através das charges ¹

Rozinaldo Antonio Miani²

Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR)

Resumo

Neste trabalho analisamos a charge como uma das estratégias comunicativas mais eficientes no universo da imprensa sindical. Ao tratar das questões relativas ao mundo do trabalho, de modo geral, e do desemprego estrutural crônico, de modo particular, a charge explicita, através do humor e da intertextualidade, toda a sua natureza persuasiva e ideológica revelando a intencionalidade crítica das direções sindicais. Para defender a condição da charge como editorial gráfico, analisamos algumas charges produzidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a década de 1990 sobre a questão do desemprego e concluímos que se tratou de um instrumento efetivo da prática discursiva sindical com vistas à demarcação das posições políticas do referido sindicato.

Palavras-chave

Charge, imprensa sindical, desemprego, mundo do trabalho.

1 - Introdução

Tratar da história da imprensa sindical no Brasil durante o último quartel do século XX implica, necessariamente, tratar de uma imprensa sindical que nasceu e se fortaleceu no meio operário brasileiro na década de 1970 quando se iniciou um processo de enfrentamento do sistema, marcado pela ditadura militar, pelas vias legais.

As principais características dessa imprensa sindical, correlata do “novo sindicalismo”, são o fato de ser produzida profissionalmente pelo trabalho de um jornalista (e em alguns casos por equipes de profissionais de imprensa - diagramadores, fotógrafos,

¹ Trabalho apresentado ao NP 16 – História em Quadrinhos, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Rozinaldo Antonio Miani - ramiani@uol.com.br - Doutor em História pela Unesp; mestre em Comunicação pela Universidade de São Paulo; professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR) e coordenador do Curso de Especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina.

ilustradores, além do próprio jornalista), alterando sobremaneira a concepção do papel da comunicação no sindicato que deixou de ser uma atividade de militância política voltada para uma doutrinação ideológica, que supunha ser a principal característica dos jornais sindicais (e de todo o movimento operário) do começo do século, para se tornar um instrumento mais dialógico, informativo e corporativo; o desenvolvimento de uma imprensa sindical diária, com o objetivo de apresentar concretamente uma opção de leitura para os trabalhadores que se propunha, ainda por cima, contar com a participação do próprio trabalhador na produção das informações e se referir aos assuntos do seu cotidiano; e o uso de uma linguagem mais apropriada para o trabalhador, que procurasse respeitar o seu universo cultural e o seu repertório lingüístico, utilizando-se de outros recursos comunicativos de mais fácil assimilação, como as imagens.

Neste trabalho, analisaremos exclusivamente a importância da charge como elemento constitutivo da nova linguagem da imprensa sindical e exemplificaremos o seu uso como estratégia discursiva. Apesar de não ser propriamente uma novidade o uso de imagens na imprensa operária, uma vez que a imprensa anarcossindicalista já recorria a recursos imagéticos, o uso freqüente de imagens pela imprensa sindical, em especial as charges e cartuns, revelou a importância adquirida por tais estratégias comunicativas para a realização dos propósitos políticos das direções sindicais, principalmente de denúncia contra o ataque desferido nos direitos dos trabalhadores. Neste sentido, reconhecemos na charge, pela sua natureza persuasiva, dissertativa, humorística e intertextual, inserida no contexto da imprensa sindical, um poderoso componente da luta política dos sindicatos nas décadas finais do século passado.

2 – A charge e sua natureza persuasiva e ideológica

Para compor o conceito de charge, utilizaremos as considerações apresentadas por dois especialistas no assunto. Para Antonio Luiz Cagnin, charge “é o desenho que se refere a fatos acontecidos em que agem pessoas reais, em geral conhecidas, com o propósito de denunciar, criticar e satirizar”³; observa ainda este autor que a charge é utilizada na sátira política como instrumento de crítica e arma retórica de combate, bem como na defesa e

³ CAGNIN, Antonio L. *Carões, caras e caretas: salão de humor e de outros humores*. Texto inédito, s/d.

divulgação de ideologias e princípios e programas políticos. E, para Edson Carlos Romualdo, a charge é compreendida como “o texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal”.⁴

Estabelecemos, para efeito de desenvolvimento deste trabalho, que a charge é uma representação humorística de caráter eminentemente político que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma idéia, portanto de natureza dissertativa e persuasiva, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração. A charge se constitui como uma modalidade das chamadas linguagens iconográficas; neste contexto também se inserem a caricatura, o cartum e as histórias em quadrinhos, pois tais meios de expressão se definem por tipos de arte de representação constituídos através da imagem produzida pelo traço humano.⁵

Para ampliar uma compreensão sobre a importância da charge, basta admitir como sua função social que se trata de “realidade inquestionável no universo da comunicação, dentro do qual não pretende apenas distrair, mas, ao contrário, alertar, denunciar, coibir e levar à reflexão”.⁶

Nesta direção, vale destacar a afirmação feita por Gilberto Maringoni de que a charge deve ser reconhecida como uma espécie de “editorial gráfico”⁷. Essa afirmação ganha maior importância quando verificamos que, por inúmeras vezes, ela aparece isolada no contexto de uma determinada publicação, sem um texto verbal fazendo referência à mesma temática, rompendo com a (falsa) assertiva de que a imagem serve tão somente como elemento decorativo ou complementar ao texto lingüístico; ou seja, a charge não se restringe a reproduzir, reeditando o texto verbal no código visual, nem tem como objetivo apenas ilustrar uma notícia, mas também interpretá-la. Na imprensa sindical essa função da charge como “editorial gráfico” é particularmente importante e recorrente.

⁴ ROMUALDO, Edson C. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S.Paulo*. Maringá, PR: Eduem, 2000, p.21.

⁵ Cf. MIANI, Rozinaldo A. *A utilização da charge na imprensa sindical na década de 1980 e sua influência política e ideológica*. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

⁶ AGOSTINHO, Aucione T. *A charge*. São Paulo: ECA/USP, 1993. Tese (Doutorado em Artes). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

⁷ Cf. MARINGONI, Gilberto. Humor na charge política no jornal. *Revista Comunicação e Educação*, nº 7. São Paulo: Moderna; USP, 1996.

Sobre a especificidade da charge na imprensa sindical, Silvia Maria Pereira de Araújo, que utilizou a expressão “caricatura política” como correspondente, também ofereceu a sua contribuição. Para a autora,

Com humor, intuição e técnica a arte caricatural dá idéia do grotesco de uma personalidade, de um fato. Na simplicidade e despojamento do desenho revela a complexidade de situações. Na encarnação humana do bem e do mal, a caricatura sentencia sobre o excesso social ou político suspeitado ou cometido, somado ao juízo popular dos fatos e personagens envolvidas. Ainda hoje ao manter as características clássicas, a caricatura política exerce um sentido profético, incita um estado de alerta no leitor e o adentra na crítica livre. A caricatura política é a crítica mordaz mais utilizada pela imprensa sindical. Risível, amarga ou agressiva, a sátira social aplica-se às contradições reveladas na estrutura das classes e organização política do país. Fixa-se nas autoridades governamentais e elege personagens protótipos do lado patronal; com eles mantém diálogo através de personagens identificados com o meio sindical.⁸

É preciso, contudo, ressaltar que, apesar de indicarmos a charge como componente fundamental da nova linguagem da imprensa sindical, não é possível analisá-la de maneira absolutamente autônoma. Ela participa de um contexto comunicativo maior que é o jornal sindical e sua significação se assenta em intersecções de sentido com a produção textual verbal, caracterizando-a como uma produção intertextual. As charges se integram, dão sentido e compõem os textos e essa unidade não deve ser quebrada.

Toma-se necessário, ainda, apresentar alguns apontamentos sobre a natureza da charge, enquanto produto comunicativo, e explicitar sua potencialidade persuasiva e ideológica.

Como produto comunicativo, devemos destacar e aprofundar algumas de suas características constitutivas, em especial, a presença do humor e a efemeridade. A primeira característica diz respeito ao fato de que toda modalidade de linguagem iconográfica é marcada pela presença do humor; na charge esse elemento é essencialmente significativo, pois o desenho que retrata fatos ou situações reais com o objetivo claro de criticar e denunciar, também se vale da sátira e do exagero para explicitar seus propósitos.

⁸ ARAÚJO, Silvia M.P. *Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento 1976-1990*. São Paulo: ECA/USP, 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991, p.66.

É pelo humor que uma charge ganha ares de transgressão ao estabelecer uma contradição entre o personagem e a situação real que é retratada, pois a ilustração apresenta uma (im)possibilidade do fato (utilizando-se de elementos intertextuais ou pertencentes ao universo do receptor para permitir a sua compreensão) e jamais se configura como uma mera reprodução das circunstâncias do ocorrido; sendo assim, o humor funciona como uma forma bastante consistente de crítica social.

Umberto Eco afirma que o humor “mina a lei”⁹, além da sugestiva desobediência civil apregoada, reforça a nossa convicção de que é principalmente através da charge, que tem no humor um de seus pilares, que a imprensa sindical se apresenta como um importante instrumento de contestação, por um lado, e de conscientização dos trabalhadores, por outro, proporcionando a possibilidade de constituição de uma certa cultura política.

Aproximando o humor à prática do desenho, Marcos Antonio Silva nos brinda com uma irretocável caracterização do “desenho de humor”, que nos conduz, ato contínuo, à charge na imprensa sindical. Assevera o autor:

O desenho de humor opera com a colocação de valores e significações em crise, realizando deslizamentos na estruturação de tais valores e significações para desnudar algumas de suas dimensões ocultas. Ele é produzido a partir de uma lógica do prazer que tanto excita quanto dociliza os corpos, numa escala variável de acordo com os projetos artísticos, culturais, políticos e outros sustentados por diferentes autores.¹⁰

Ainda sobre o humor, admitimos que é por sua característica humorística que a charge se consolida como uma produção crítica e dissertativa. Através do humor, “a charge destrona os poderosos e busca revelar o que está oculto em fatos, personagens e ações políticas”.¹¹

Quanto à segunda característica indicada, a efemeridade, é importante admitir que a charge mantém sua eficácia e eficiência apenas no curto período de tempo em que o acontecimento a que se refere permanece na memória individual e social imediata; depois disso ela se torna obsoleta enquanto produto comunicativo.

⁹ ECO, Umberto. Los marcos de la “libertad” cósmica. In: ECO, Humberto; et. Al. *Carnaval!*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p.19.

¹⁰ SILVA, Marcos A. O trabalho da linguagem. *Revista Brasileira de História*, vol. 6. nº 11, São Paulo: ANPUH; Marco Zero, 1985/1986, p.57.

¹¹ ROMUALDO, Edson C. *op.cit.*, p.45.

A dimensão de tempo a que se refere a charge é, portanto, a atualidade, a contemporaneidade em relação ao fato ou situação que representa. O distanciamento temporal nos leva a perder a referencialidade do contexto social de uma determinada imagem que, ao ser revista “fora de seu tempo”, nem sempre nos permite compreender a sua intenção e o seu humor.

Seguimos nossa análise tratando do elemento persuasão como característica da charge. Estamos convencidos de que a charge pretende não somente dissertar sobre um determinado assunto, mas levar o seu receptor ao convencimento, objetivando inclusive uma mudança de consciência e de atitude. A charge se converte, por influência da instituição que a produz e dissemina, num verdadeiro discurso de convencimento. Por isso, concordando com Antonio Cagnin, reafirmamos que cabe à charge:

[...] expor uma idéia, dissertar sobre um tema. Ainda que esteja ligada a um fato ou acontecimento e o represente de alguma forma, sua preocupação ou a do chargista, não é o acontecimento, mas o conceito que faz dele, ou mais comumente a crítica, a denúncia do fato, quando não procura aliciar o leitor para os seus arrazoados, princípios, programas ou ideologia.¹²

Neste sentido, a charge cumpre uma função social de mobilização do leitor para o conhecimento de um fato ou situação de interesse coletivo, numa perspectiva ideológica determinada, de tal modo que se torna uma eficiente estratégia persuasiva.

Além disso, por sua natureza iconográfica e humorística, a charge evoca para si a atenção do leitor que, por vezes, deixa de ler os textos jornalísticos verbais, optando pela leitura da charge; esta lhe permite perceber de maneira mais imediata a temática e o contexto apresentado, transmitindo mais rapidamente um posicionamento político/ideológico sobre determinados personagens e fatos.

3 – O desemprego estrutural crônico visto através da charge

Para verificar as considerações apresentadas a respeito da charge na imprensa sindical elegemos o desemprego estrutural crônico como temática a ser analisada. Para tanto,

¹² CAGNIN, Antonio L. *op.cit.*

selecionamos algumas charges publicadas pelo jornal *Tribuna Metalúrgica do ABC* produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a última década do século XX.

Apesar de considerarmos que o desemprego é inerente à lógica do sistema capitalista, podemos constatar que a característica do desemprego verificado desde o início da década de 1990 é diferente daquele que se verificou em períodos anteriores. Trata-se, na definição de István Mészáros, de um “desemprego estrutural crônico”, inédito, e que se verifica não apenas nos países capitalistas mais desenvolvidos, mas em todos os países do globo. Para o autor,

O desemprego estrutural crônico constitui um fenômeno histórico inédito e característico da atual fase do sistema do capital. O sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do processo de reprodução social (do próprio processo de trabalho). Um sistema de reprodução não pode se autocondenar mais enfaticamente do que quando atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Esta não é uma projeção para o futuro, mesmo que nos referíssemos apenas aos países capitalistas mais avançados. Ela é a gritante realidade mundial e o rumo, negativo e do qual não se escapa, do avanço do capitalismo.¹³

Diante do desemprego estrutural crônico, já não se coloca mais uma perspectiva plena de voltar a fazer parte do processo produtivo, uma vez que da condição de “trabalhador assalariado excedente” passa-se a constituir uma “população trabalhadora excluída”, resultante do processo de “fragmentação de classe”, configurando aquilo que Giovanni Alves identificou como “uma das principais características do novo perfil do mundo do trabalho sob a mundialização do capital”. Giovanni Alves constatou, ainda, que esse processo foi responsável pelo surgimento dos chamados “novos excluídos da nova ordem capitalista”, constituindo uma massa de desempregados e subproletários do sistema de exploração do capital, como resultado do desenvolvimento da produtividade do trabalho.¹⁴

Eric Hobsbawm, após apresentar e analisar estatísticas sobre o desemprego na Europa Ocidental entre as décadas de 1960 e início da década de 1990, também já concluía nessa mesma direção. Sentenciou o autor que “o crescente desemprego dessas décadas não foi

¹³ MÉSZÁROS, István. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997, p.152.

¹⁴ Cf. ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. 2.ed. Londrina, PR: Editora Práxis, 1999.

simplesmente cíclico, mas estrutural. Os empregos perdidos nos maus tempos não retornariam quando os tempos melhoravam: não voltariam jamais.”¹⁵

François Chesnais também envereda análises a respeito do desemprego na ordem da mundialização do capital e reconhece que a destruição de postos de trabalho, geralmente muito superior à criação de novos empregos, não é apenas uma espécie de fatalidade atribuída à tecnologia e à liberalização do comércio internacional, mas resulta também da mobilidade de ação e da capacidade de investimento (e desinvestimento) quase total que o capital industrial reconquistou a partir da ofensiva do capital na produção materializada pela reestruturação produtiva. Além disso, mesmo entre a burguesia industrial, que viu restabelecida a rentabilidade do capital, e os setores do capitalismo financeiro, constata-se uma forte pressão para reduzir ainda mais os custos da produção, eliminando os “excessos” de pessoal e automatizando em velocidade máxima. Para Chesnais é aí que se situa o ponto de partida de um “encadeamento cumulativo e retroalimentador”, cujos efeitos são agravados pelas operações do capital monetário.¹⁶

Em escala mundial, a década de 1990 registrou um agravamento significativo nos níveis de emprego com o desencadeamento do processo de mundialização do capital e da adoção e expansão do neoliberalismo. No Brasil, com a abertura comercial e a internacionalização da economia por ocasião da implantação dos programas neoliberais e do discurso da “modernização”, a realidade se mostrou ainda mais dramática, pois além de apresentar uma piora significativa nos índices de desemprego, ainda revelou o atraso a que o país foi submetido em decorrência da diminuição de sua participação no comércio internacional.

De acordo com Márcio Pochmann, se compararmos a desempenho do Brasil na economia mundial, na relação entre a sua participação na composição da População Economicamente Ativa (PEA) com o percentual correspondente de desempregados, perceberemos uma vertiginosa invertida durante a década de 1990.

A partir de 1991, entretanto, a economia brasileira alterou drasticamente sua relação com o desemprego mundial. Desde então, tem assumido crescentemente maior responsabilidade na geração do excedente estrutural de mão-de-obra, tendo, em 1999, representado 5,61% do total do

¹⁵ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.403.

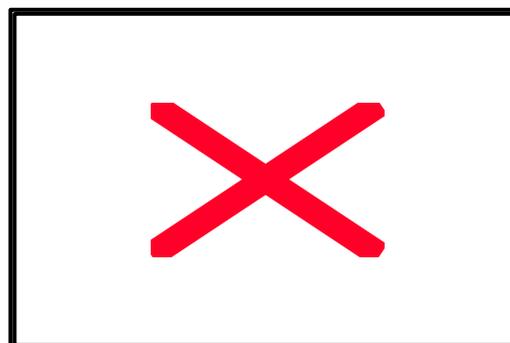
¹⁶ Cf. CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

desemprego aberto no mundo, apesar de contribuir com 3,12% na PEA global. Em contrapartida, no ano de 1986, por exemplo, a participação do Brasil no desemprego mundial foi estimada em 1,68%, enquanto representava 2,75% da população ativa mundial.¹⁷

Quanto ao desemprego na categoria dos metalúrgicos do ABC, a Subseção do Dieese que funciona no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC produzia estatísticas parciais com certa regularidade, como subsídio para discussões e formulações de projetos e propostas por parte dos sindicalistas. Numa dessas parciais, que compreendeu o período de fevereiro de 1990 a dezembro de 1996, foi constatada uma redução drástica no nível de emprego da ordem de 40%; no referido período a categoria foi reduzida de 200.420 para 120.681 trabalhadores. Numa outra parcial, o ano de 1998 registrava aproximadamente 110.000 empregados no setor metalúrgico na região do ABC.

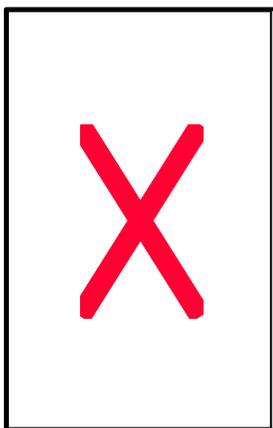
Diante de tal situação, o tema “desemprego” se tornou recorrente na imprensa sindical durante toda a década de 1990. Não só a notificação de demissões ocorridas nas empresas, mas também a denúncia dos alarmantes números do desemprego no país, a análise de suas conseqüências e as ações sindicais necessárias ao seu combate, foram os enfoques predominantes nos artigos e charges sobre o assunto.

Uma importante estratégia utilizada para discutir o problema do desemprego através da charge foi a vinculação imediata da questão com a “globalização” e o neoliberalismo. Na *Tribuna Metalúrgica do ABC* de 10 de outubro de 1995, a charge do ilustrador Pecê (Paulo César Rocha) remeteu à situação do aumento das demissões na região do ABC e fez uma associação com o cotidiano da época. Em primeiro lugar, vinculou a “informação” ao “*Jornal Nacional*” da Rede Globo, programa jornalístico televisivo de maior audiência no Brasil e certamente assistido por milhares de trabalhadores metalúrgicos da categoria, e, em segundo lugar, fez referência à telenovela “*A próxima vítima*” que estava em exibição na mesma emissora e de nome altamente sugestivo para o contexto do desemprego (figura 1).



¹⁷ POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p.88/89.

Na resposta do trabalhador, angustiado e apavorado com a informação, apareceu explicitamente a vinculação do aumento das demissões com a globalização ao parafrasear o slogan popular (e mercadológico) do jornalismo esportivo da Rede Globo “Globo e você, tudo a ver!” por “Globalização e você, tudo a ver!”.

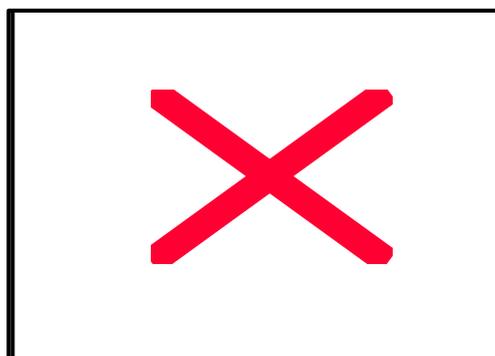


Uma das representações iconográficas mais comuns para indicar a presença do desemprego no cotidiano da categoria metalúrgica foi a marca de um solado de pé no glúteo do trabalhador, vulgarmente conhecido por “pé na bunda” (a partir de agora identificado como “vinheta do desemprego”), como na charge publicada na *Tribuna Metalúrgica* do dia 12 de abril de 1990 (figura 2).

A “vinheta do desemprego” foi presença constante e obrigatória para fixação simbólica da crítica a tão grave problema e, mais do que qualquer análise sofisticada ou tecnicada através de informações e textos teóricos, revelou não só a presença e ampliação do desemprego na categoria como também as condições vexatórias de como ele atingia o trabalhador, na sua subjetividade, na sua dignidade e no seu próprio corpo. Os trabalhadores, como se fossem gados “assinalados a ferro em brasa”, apareciam com aquela marca de solado provocando repulsa e indignação e simbolizando a banalização da violência contra o trabalhador.

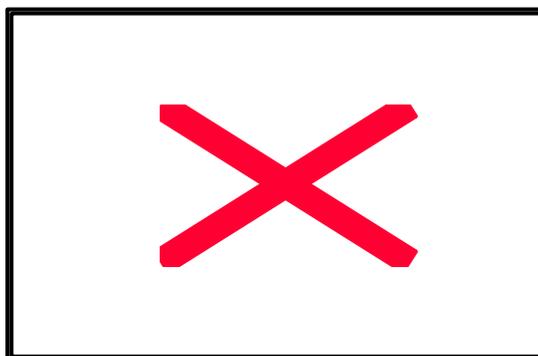
Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as situações de desemprego retratadas geralmente associavam o problema ao próprio presidente. Na *Tribuna Metalúrgica do ABC* de 19 de setembro de 1995, a charge, que se inspirou na manchete “massa de desempregados continua a crescer” apresentou Fernando Henrique colocando fermento numa massa em cozimento misturada com trabalhadores marcados pela “vinheta do desemprego”.

A expressão irônica de FHC e sua “atitude” de colocar o “fermento na massa de desempregados”, tinha a nítida intenção de fazer a crítica ao governo FHC como o responsável pela situação de diminuição dos postos de trabalho no Brasil (figura 3).

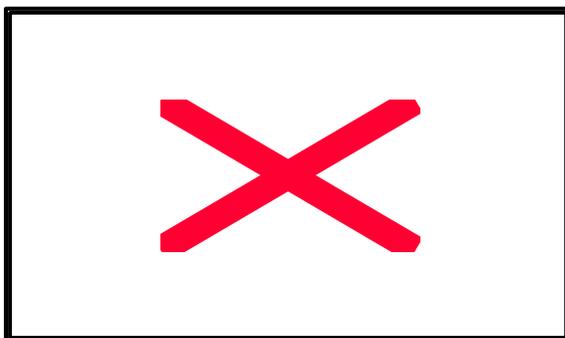


Outra estratégia utilizada pelos chargistas para retratar o problema do desemprego foi aproveitar afirmações do presidente FHC, ou ainda títulos de matérias jornalísticas como argumento para a ilustração. Na *Tribuna Metalúrgica do ABC* de 15 de agosto de 1995, o chargista Pecê aproveitou o título “Cardoso afirma que País recuperou rumo”, que foi incorporado no quadro delimitativo da ilustração, para produzir uma charge especialmente significativa.

A charge apresentou um trabalhador completamente atônito, atordoado, sem rumo, após ficar desempregado; ainda dentro da empresa, foi informado pelo segurança de que a saída ficava no oposto da direção que seguia. A crítica foi estabelecida ao apresentar uma situação absolutamente contraditória à suposta afirmação de FHC e demarcou claramente um antagonismo de interesses e concepções; enquanto para FHC o país estava no rumo, pois ele atendia incondicionalmente aos interesses do capitalismo mundial, para os trabalhadores a situação representava a absoluta falta de rumo, principalmente pela situação do desemprego (figura 4).



Outro aspecto significativo a ser analisado nesta charge é que na comparação entre os elementos gráficos e os elementos textuais emergia uma crítica em relação à condução do governo FHC que seria qualificada como “violenta”, pois a afirmação de que o país recuperou seu rumo se associou à idéia de desempregar o trabalhador, marcado com a “vinheta do desemprego”, numa referência de que era a violência que determinava o rumo do país.

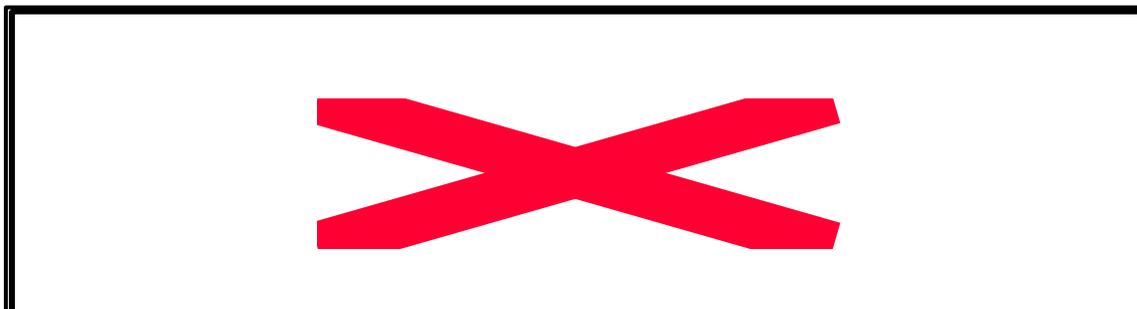


Uma charge altamente significativa da banalização da violência, associada à “vinheta do desemprego”, foi publicada na *Tribuna Metalúrgica do ABC* de 05 de setembro de 1995 e repetida em 16 de janeiro de 1996 (figura 5). A imagem de um patrão operando uma “máquina de

impressão da vinheta do desemprego”, chamando o próximo trabalhador a ser “ferrado à sola” (o ferrete era uma bota) e afirmando que só ele trabalhava, revelava o completo desprezimento do patrão para com o trabalhador e sua dignidade. A violência simbólica expressa pela vinheta era correlata à violência real desferida contra o trabalhador em sua condição de desempregado.

As charges analisadas até aqui apresentaram uma perspectiva que apontava para a inevitabilidade do desemprego nas condições impostas pelos setores patronais e pelos governos. No entanto, a temática do desemprego também foi retratada pela imprensa sindical na perspectiva da luta e da resistência dos trabalhadores e seu sindicato.

Uma das ilustrações mais representativas da luta contra o desemprego foi publicada na *Tribuna Metalúrgica do ABC* de 16 de agosto de 1995. Um grupo de trabalhadores em decidida caminhada se colocaram na frente de um pé, em clara referência à obstrução da prática do “pé na bunda”, provocador da “vinheta do desemprego”. A mão espalmada do trabalhador, indicativa da solicitação de “pare!”, em contraposição ao pé estendido, supostamente de um patrão e representativo da determinação e truculência em realizar demissões, expôs os antagonismos entre as classes sociais e demarcou a necessidade, por parte dos trabalhadores, de uma luta ostensiva e unificada contra o desemprego, proposta essa defendida permanentemente pela direção sindical (figura 6).



4 – Considerações finais

Todas as charges aqui analisadas, explorando toda a sua potencialidade crítica, persuasiva e humorística, de uma maneira ou de outra apontaram para a inevitabilidade da crise do emprego ou da consolidação do chamada “desemprego estrutural crônico”. Essa crise foi motivada especialmente pela ampliação do ritmo de automação nas empresas e

pela racionalização das técnicas de produção, somados à busca desenfreada dos empresários por ganhos de produtividade e competitividade. A inserção ou permanência dos vários setores produtivos na economia mundial dependia de um “ajuste” das empresas à nova ordem capitalista sob a perspectiva da mundialização do capital e um desses caminhos apontava para a otimização do uso da mão-de-obra, que resultou nos altos níveis de desemprego verificados durante a década de 1990.

Pudemos perceber nas charges a materialização de posições políticas do sindicato através das representações das relações entre capital e trabalho, manifestadas nas situações de desemprego, o que reforça o papel da charge como instrumento persuasivo ideológico, no caso específico aqui analisado das lideranças sindicais dos metalúrgicos do ABC. A utilização da charge como prática discursiva de resistência política, pela sua natureza dissertativa, se revelou com plenitude.

5 – Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Aucione T. **A charge**. São Paulo: ECA/USP, 1993. Tese (Doutorado em Artes) Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. 330 p.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2. ed. Londrina, PR: Editora Práxis, 1999. 192 p.

ARAÚJO, Silvia M. Pereira. **Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto do conhecimento, 1976-1990**. São Paulo: ECA/USP, 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. 313 p.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 198 p.

CAGNIN, Antonio L. **Carões, caras e caretas: salão de humor e de outros humores**. Texto inédito, s/d.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 336 p.

ECO, Umberto. Los marcos de la “libertad” cómica. in: ECO, Umberto; et. al. **Carnaval!**. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 9-20, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. **Revista Comunicação e Educação**, nº 7. set/dez 1996, São Paulo: Moderna; USP. pp. 85-91.

MÉSZÁROS, Istvan. Ir além do capital. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, pp. 143-154, 1997.

MIANI, Rozinaldo A. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80** e sua influência política e ideológica. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. 312 p.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. 182 p.

ROMUALDO, Edson C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia**: um estudo de charges da Folha de S.Paulo. Maringá, PR: Eduem, 2000. 206 p.

SILVA, Marcos Antonio da. O trabalho da linguagem. **Revista Brasileira de História**, vol. 6, nº 11, São Paulo: ANPUH; Marco Zero, 1985/1986, pp. 45-61.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos E. L. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, pp. 80-98, 1986.